



Eixo 6 – O mundo digital: apropriação e desafios

## Dados pessoais em repositórios e bibliotecas digitais: análise de ocorrência e implicações para a curadoria digital

*Personal data in digital repositories and libraries: analysis of occurrence and implications for digital curation.*

**Millena Cordeiro Matos de Lima** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – millenalima@ibict.br

**Blena Estevam dos Santos** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – blenasantos@ibict.br

**Marcel Garcia de Souza** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – marcel Souza@ibict.br

**Resumo:** Este estudo analisa a ocorrência de dados pessoais em repositórios institucionais e bibliotecas digitais, com base em abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória, fundamentada na literatura sobre curadoria digital e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A partir da análise de instituições com repositórios e bibliotecas digitais, constatou-se a ocorrência de CPFs em metadados, principalmente no campo *dc.contributor*. Os resultados sugerem padrões na inserção de dados sensíveis e desafios na curadoria digital. Conclui-se que há necessidade de adoção de práticas de curadoria digital para garantir a proteção dos dados.

**Palavras-chave:** Dados pessoais. Biblioteca digital. Repositório digital. Curadoria digital.

**Abstract:** This study analyzes the occurrence of personal data in institutional repositories and digital libraries, based on a qualitative-quantitative, descriptive, and exploratory approach, grounded in the literature on digital curation and the Brazilian General Data Protection Law (LGPD). From the analysis of institutions with repositories and digital libraries, the occurrence of CPF numbers in metadata, mainly in the *dc.contributor* field, was observed. The results suggest patterns in the insertion of sensitive data and challenges in digital curation. It is concluded that there is a need to adopt digital curation practices to ensure data protection.

**Keywords:** Personal data. Digital library. Digital repository. Digital curation.



## 1 INTRODUÇÃO

A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) transformou as formas de interação entre pesquisadores, modificando diversos aspectos do fluxo da comunicação científica. A partir do século XXI, surgiram iniciativas de acesso livre, permitindo que cientistas compartilhem seus trabalhos de forma mais acessível. As publicações científicas passaram a coexistir com novos meios digitais, que não apenas facilitam a divulgação, mas também organizam o processo de produção e comunicação (Weitzel, 2006).

Várias iniciativas foram desenvolvidas com o intuito de garantir a evolução das publicações eletrônicas, tanto de teses, dissertações quanto de artigos e anais de evento. Tal evolução foi impulsionada por *softwares* e infraestrutura tecnológica que melhoram a gestão, disseminação e acesso à informação científica, como inicialmente pelo desenvolvimento do Sistema de Publicações de Teses e Dissertações pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (TEDE/Ibict); pelas iniciativas do uso de *softwares* livres, de código aberto, como o *DSpace* para repositórios e bibliotecas digitais; e o surgimento do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), tradução e adaptação do *software Open Journal Systems* utilizado para gerenciar o fluxo editorial de forma *online* (Weitzel, 2006; Leite; Costa, 2017).

Esses *softwares* são apoiados pelo Ibict para utilização da comunidade acadêmica (Weitzel, 2006). No contexto da Ciência Aberta (CA), tais ambientes são fundamentais para ampliar o acesso ao conhecimento, promovendo visibilidade, transparência e divulgação da informação científica. Entretanto, a ampliação do acesso levanta desafios relacionados à curadoria dos conteúdos, especialmente no que tange à presença de dados pessoais.

Embora a discussão sobre a disponibilização de dados sensíveis e pessoais tenha ganhado destaque após a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e em relação aos conjuntos de dados em repositórios de dados de pesquisa, como levantado por Castro (2021), ainda é pouco explorada a presença de informações pessoais nos metadados adotados pelos repositórios e bibliotecas digitais.

A presença de dados pessoais em metadados torna-se ainda mais crítica no contexto da interoperabilidade, uma vez que protocolos como *Open Archives Initiative*



*Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) permitem a coleta automatizada desses registros por portais agregadores nacionais e internacionais, ampliando o alcance da exposição. Assim como, recomendem o uso de padrões de metadados comuns, como *Dublin Core*, o que pode ocasionar a replicação de erros em diferentes repositórios.

Nesse contexto de disseminação das produções científicas em formato digital, em repositórios e bibliotecas digitais, de fortalecimento da CA e a promoção da interoperabilidade, troca de informações e dados entre diferentes sistemas de informação, torna-se cada vez mais indispensável o debate sobre o gerenciamento e armazenamentos de informações e dados pessoais ou sensíveis, a fim de evitar violações de direitos de privacidade (Nascimento; Silva, 2023).

Assim, torna-se relevante investigar padrões de ocorrência desses dados, contribuindo para o aprimoramento das práticas de gestão da informação e curadoria digital. Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar a ocorrência de dados pessoais em registros de repositórios e bibliotecas digitais, principalmente nos metadados, de instituições participantes da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>1</sup> (BDTD), buscando identificar padrões<sup>1</sup> e discutir implicações para a gestão e disponibilização da informação científica sem violar os direitos de privacidade, respeitando as legislações vigentes. Ressalta-se que, a BDTD apenas apresenta as informações disponibilizadas pelas instituições nos seus ambientes OAI-PMH.

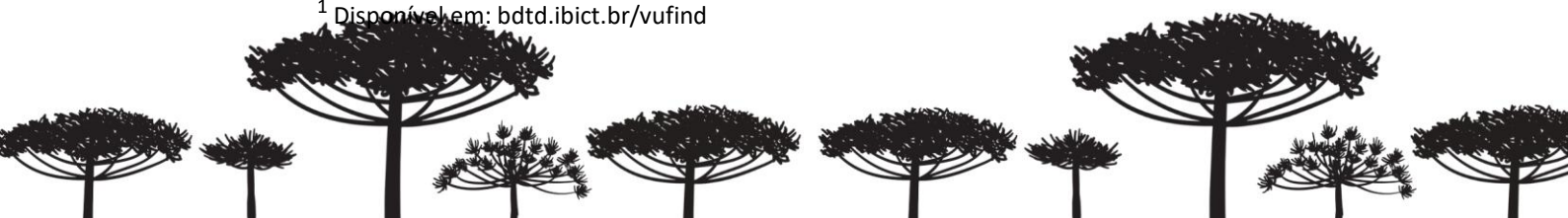
### **1.1 Repositórios e bibliotecas digitais**

Com o aumento do fluxo informacional, impulsionado pelo surgimento das TIC, popularização da Internet e da *Web* torna-se necessária a criação de ambientes digitais voltados à preservação e disseminação de informações e dados, principalmente os gerados a partir das produções científicas de instituições de ensino e pesquisa. Dessa forma, o Movimento de Acesso Aberto (MAA) promoveu o surgimento dos repositórios digitais, que buscam organizar, disseminar e preservar as pesquisas e os dados gerados por pesquisas, de forma a proporcionar o uso e reuso das informações no meio acadêmico e científico (Sanchez; Vidotti; Vechiato, 2017).

Os repositórios digitais são entendidos como ambientes de gerenciamento de informações científicas, como uma alternativa de promoção da comunicação científica,

---

<sup>1</sup> Disponível em: [bdtd.ibict.br/vufind](http://bdtd.ibict.br/vufind)



apresentando-se como uma via a mais além de portais de periódicos e congressos, voltado às aplicações de provedores de dados, com o armazenamento e distribuição das informações em acesso livre e gratuito (Leite, 2009).

Para a pesquisa científica as bibliotecas se tornaram fundamentais no apoio aos pesquisadores e suas produções, a partir da gestão dos repositórios e no suporte do depósito das publicações, o que recentemente se ampliou para as funções de gestão dos dados de pesquisas. Tal cenário ressalta a importância das discussões em torno da proteção dos dados pessoais e questões de anonimização e pseudonimização nas pesquisas científicas e nos dados de pesquisas (Bourke, 2022).

Ambientes como repositórios e bibliotecas digitais são estruturados com base em normas e padrões para facilitar o seu uso e conseqüentemente o acesso às produções que armazenam, para tanto, recorre-se a curadoria digital para gerenciar de forma mais efetiva os objetos digitais presentes nesses ambientes, acompanhando todo o seu ciclo de vida dentro do contexto da comunicação científica (Sanchez; Vidotti; Vechiato, 2017; Baía, 2020).

## **1.2 Dados pessoais e legislações no contexto brasileiro**

No contexto brasileiro, a discussão sobre dados pessoais está diretamente ligada à LGPD, que estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente digital. A legislação caracteriza os dados pessoais sensíveis como dados íntimos ou identitários de uma pessoa, por exemplo, dados de origem racial, étnica, crenças religiosas, opiniões políticas, filiação a organizações, dados de saúde ou vida sexual, além de informações genéticas ou biométricas que permitam sua identificação (BRASIL, 2018). Em outras palavras, trata-se de todo dado que, isoladamente ou em conjunto com outros, possibilite reconhecer um indivíduo ou influenciar a adoção de determinado comportamento (Reani, 2018).

Pode-se destacar que essa questão é abordada antes mesmo da publicação da LGPD em 2018, com legislações como o Marco Civil da Internet em 2014, Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2011 e a própria Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988. Contudo, de acordo com Reani (2018) havia algumas lacunas em tais legislações que puderam ser preenchidas com a LGPD no que se refere ao tratamento dos dados pessoais e sensíveis.



Uma alternativa para impedir a disponibilização desses dados consiste em sua anonimização. Reani (2018) levanta que um dos pontos principais da LGPD é sobre os dados anonimizados, que referem-se àqueles relativos a um titular que não possa ser identificado, considerando-se a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento de seu tratamento. Dados devidamente anonimizados são fundamentais para o desenvolvimento e a operação de tecnologias como a Internet das Coisas e a inteligência artificial. Para a anonimização ou a própria exclusão de dados pessoais no caso de repositórios e bibliotecas digitais, é necessário realizar a curadoria digital.

### 1.3 Curadoria digital

A curadoria digital é compreendida dentro da gestão da informação digital, como um conjunto de práticas que buscam tratar do armazenamento, gerenciamento e recuperação das pesquisas, diante do aumento expressivo de informações produzidas no meio acadêmico e científico, pelas universidades e institutos de ensino e pesquisa. Com isso, ela pretende indicar a qualidade do ciclo de vida dos objetos digitais, visando melhorar o tempo de vida útil e promover o acesso futuro às pesquisas e aos dados de pesquisa, sendo necessário pensar na sua implementação em conjunto com a gestão documental e as políticas dos repositórios digitais (Baía, 2020; Sanchez; Vidotti; Vechiato, 2017).

Perante o grande volume de dados, principalmente impulsionados pelo aumento das pesquisas científicas e as mídias digitais, se faz necessário pensar em curadoria digital, compreendida como uma estrutura que inclui a seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento dos objetivos digitais, logo, está presente em todas as etapas do ciclo de vida do documento digital (Santos, 2016). Tal terminologia surgiu na área da Ciência da Informação (CI) por volta do ano de 2001 e se fortaleceu com a publicação do *Digital Curation Center* (DCC) no ano de 2004, ao passar dos anos o termo passou a ser mais utilizado nas publicações (Santos, 2016; Barrozo, 2022).

A curadoria digital se relaciona fortemente com a preservação digital, pois a curadoria implica na manutenção, incluindo a preservação para assim agregar valor aos acervos de ambientes informacionais. Portanto, ambas as terminologias estão centradas na representação e no acesso futuro dos objetos digitais, sendo que a curadoria é mais abrangente e está envolvida em todos os processos da gestão da informação. De certa



forma a curadoria pode ser entendida como um aprimoramento das práticas de preservação, em busca de melhorar a criação e disseminação das informações científicas, diante do massivo crescimento de dados na *web* (Santos, 2016).

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, de abordagem quali-quantitativa. O estudo foi desenvolvido a partir da coleta de registros na BDTD no dia 25 de julho de 2025, com foco no universo de repositórios e bibliotecas digitais que inicialmente indicavam informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Posteriormente, os dados foram organizados em uma planilha eletrônica elaborada para fins de análise, o conjunto de dados será disponibilizado em repositório de dados posteriormente, pois permite a identificação dos autores. A planilha consiste em uma lista das instituições que apresentaram dados pessoais e contemplou algumas variáveis, como tipo de fonte, se é repositório ou biblioteca digital; o software adotado; a quantidade de registros que contêm dados pessoais; metadados de ocorrência de dados; algumas observações relacionadas; e um exemplo de registro no qual o dado pessoal está disponível no repositório ou biblioteca digital da instituição.

A análise dos dados foi realizada, a partir do mês de março de 2026, por meio de descrição da frequência de ocorrência dos dados nos diferentes repositórios e bibliotecas digitais, bem como o padrão de inserção nos metadados, ou seja, como, onde e de que forma os dados pessoais são apresentados nos registros. Complementarmente, foi realizada análise qualitativa das observações registradas, acessando registros individualmente, permitindo compreender os contextos de disponibilização de dados e questões éticas dos usos. Logo, o uso do termo “CPF” nem sempre estava acompanhado dos 11 dígitos, pois poderia estar relacionado à produção com o assunto de cadastro de pessoas ou ao trabalho que trate de outra temática onde a sigla se refira a palavras sem relação aos dados pessoais.

Adicionalmente, foram realizadas iniciativas de contato com as instituições responsáveis pelos repositórios e bibliotecas digitais, com o objetivo de comunicar a ocorrência dos dados e verificar possíveis ações corretivas e também foi sinalizado na planilha se a instituição resolveu ou não o problema, até o mês de maio de 2026. Para a



identificação dos dados pessoais, adotou-se como referência a definição estabelecida pela LGPD, complementada por critérios operacionais definidos pelos autores.

Embora o CPF não seja classificado como dado pessoal sensível nos termos do art. 5º da LGPD, trata-se de um identificador direto do titular, sendo considerado dado pessoal e, portanto, sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela legislação. Nesse sentido, o presente estudo também adotou como referência o Guia de Boas Práticas para Anonimização de Dados de Pesquisa, elaborado por Pavão *et al.* (2026), que exemplifica o CPF como dado pessoal, reforçando a necessidade de seu adequado tratamento em ambientes digitais. Ressalta-se que a pesquisa adotou uma abordagem agregada e não identificadora, não sendo divulgadas informações que permitam reconhecer as instituições ou indivíduos analisados, em conformidade com princípios éticos e de proteção de dados.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento realizado, os resultados indicam que a presença desses dados se configura como fato recorrente em diferentes registros, visto que apenas uma instituição apresentou 5.570 registros, do total de 20.410 contendo CPF.

No que se refere ao *software*, foi possível perceber que a maioria (27 instituições) dos repositórios ou bibliotecas digitais que estão apresentando dados pessoais utilizam o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e criado com base no *DSpace*, o que pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Levantamento dos registros que apresentam informação dos CPFs nos metadados

Informações percebidas	Resultados verificados
Instituições com ocorrência de dados pessoais	41
Fontes disponíveis na BDTD	42 (uma instituição possui duas fontes)
Metadados mais afetados	<i>dc.contributor (Dublin Core)</i>
Tipo de dado pessoal predominante	CPF
Total de registros contendo CPF	20.410
Instituições que utilizam o TEDE	27
Instituições que utilizam outros softwares (DSpace, Pergamum e outros)	14



Principal padrão de ocorrência	CPF associado a autores, orientadores e membros de banca
Possível causa	Migração automática de dados oriundos de sistemas acadêmicos sem filtragem prévia
Situação após contato com as instituições	12 instituições anonimizaram ou excluíram os dados pessoais do ambiente OAI-PMH.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Quanto ao padrão de inserção dos dados pessoais apresentados, vale ressaltar que os números do CPF são apresentados precedidos da sigla, separados por ponto, traço e algumas vezes apenas os números com onze dígitos, associando o dado ao autor, orientador ou membro da banca. Esses padrões indicam que o problema não está restrito apenas a alguns casos, mas relacionado à práticas dos repositórios e bibliotecas digitais e procedimentos na alimentação desses ambientes informacionais.

Possivelmente isso ocorre devido à ausência de diretrizes claras no preenchimento dos campos ou por muitos repositórios e bibliotecas digitais serem integrados com ambientes de gestão acadêmica, em que os CPF são dados obrigatórios para fins administrativos e controle institucional. Nesse contexto, os dados podem ser migrados automaticamente para os repositórios e bibliotecas digitais sem filtragem e verificação dos dados.

Esse fluxo evidencia a incompatibilidade entre a finalidade dos sistemas envolvidos, que são distintos, na medida que dados de gestão interna passam a ser expostos em ambientes de disseminação da informação científica.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo a ideia de informação pessoal ou dado pessoal se transformou e passou a estar mais ligada ao valor normativo e jurídico de privacidade, onde os ambientes digitais como repositórios e bibliotecas, precisaram se adequar à nova realidade, amparada pela LGPD regulamentando o tratamento de dados pessoais, incluindo a obrigatoriedade de anonimização e pseudonimização desses dados. Para tanto, na literatura encontram-se sugestões de técnicas para anonimização dos dados pessoais, como a técnica de supressão para retirar a informação, pois possui um grau alto de associação para identificação, também aparece a técnica de mascaramento para ocultar parte significativa da informação, muito usada para CPF, ademais a técnica de



substituição para embaralhar informações (Machado; Doneda, 2018; Ferreira *et al.*, 2022; Canedo *et al.*, 2021).

Logo, gestores de repositórios e bibliotecas digitais devem redobrar a atenção com a apresentação de informações sensíveis e pessoais, que podem ser disponibilizadas em escala global, já que, repositórios e bibliotecas são coletados por portais agregadores com grande alcance nacional, o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e a BDTD, que por sua vez são coletados por portais internacionais como o Portal de Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Red Latinoamericana y Española de Ciencia Abierta (La Referencia) e a *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD).

Entende-se que a gestão das produções científicas e principalmente acadêmicas, que trata dos dados pessoais de forma estruturada e que impossibilita desvinculá-los, em consequência dos vínculos de bolsas de pesquisa científicas e tecnológicas e o monitoramento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), exige um olhar cuidadoso quanto à segurança de informações pessoais, ressaltando a importância da curadoria digital ser inserida em todo o processo de gestão da informação. Portanto, o presente trabalho busca fortalecer o debate sobre a gestão de repositórios e bibliotecas digitais e a importância da curadoria digital. Como sugestão para pesquisa futura, recomenda-se aprofundar o debate sobre a retirada de nomes das autorias de trabalhos em bibliotecas e repositórios digitais devido à exposição de dados pessoais, com implicações jurídicas mais complexas da LGPD, do Direito do autor etc, diante de demanda repassada às bibliotecas e aos repositórios.

## REFERÊNCIAS

BAÍA, Regiane Vanessa de Souza. **Repositórios institucionais e curadoria digital**: um estudo em universidades federais da região norte do Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/b7a4087c-52e4-4cf5-8c70-f5f3c0606d63/content>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 7 abr. 2026.



BARROZO, Viviane L. dos S. **Curadoria e preservação digital**: diretrizes para a gestão de dados científicos. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/31f73aaa-a858-4cfc-95ff-4a2b3067c584/content>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BOURKE, Thomas. **Bibliographic control of research datasets**: reflections from the EUI Library. JILIS.it, [s. l.], v. 13, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4403/ilis.it-12723>. Disponível em: <https://www.ilis.it/index.php/ilis/article/view/441>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CANEDO, Edna Dias; CERQUEIRA, Anderson Jefferson; GRAVINA, Rogério Machado; RIBEIRO, Vanessa Coelho; CAMÕES, Renato; REIS, Vinicius Eloy dos; MENDONÇA, Fábio Lúcio Lopes; SOUSA JUNIOR, Rafael T. de. Proposal of an implementation process for the Brazilian General Data Protection Law (LGPD). *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENTERPRISE INFORMATION SYSTEMS, 23., 2021. **Proceedings [...]**. [S. l.]: ICEIS, 2021. p. 19-30. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6041/693fdaf340195aff1b2e076bd8154870ce67.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

CASTRO, Letícia Sales de. **Dados sensíveis em repositórios de dados de pesquisa**: possíveis influências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230075>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FERREIRA, Juliano Rodrigues; PINCCOVSCY, João Alberto; RIBEIRO, Cileno de Magalhães; CANEDO, Edna Dias; MENDONÇA, Fábio Lúcio Lopes de. Mitigação dos riscos à privacidade através da anonimização de dados. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, [s. l.], n. E49, p. 573-585, 2022. Disponível em: [https://ppee.unb.br/wp-content/uploads/2023/07/Mitigacao\\_dos\\_Riscos\\_a\\_Privaci.pdf](https://ppee.unb.br/wp-content/uploads/2023/07/Mitigacao_dos_Riscos_a_Privaci.pdf). Acesso em: 17 abr. 2026.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%3%a7%3%a3o%20cient%3%adfica%20brasileira.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Michelli Pereira da. Gestão integrada da informação científica e tecnológica e o Acesso Aberto: onde estamos e onde podemos chegar. *In*: VECHIATO, Fernando Luiz; MARQUES, Cleidiane de Araujo Guedes; KOSHIYAMA, Débora Costa Araújo Di Giacomo; MOURA, Elisângela Alves de; TORINO, Emanuelle; MAIA, Maria Aniolly Queiroz; MARQUES, Tércia Maria Souza de Moura (org.). **Repositórios digitais**: teoria e prática. Curitiba: EDUFTPR, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2495>. Acesso em: 28 abr. 2025.



MACHADO, Diego; DONEDA, Doneda. Proteção de dados pessoais e criptografia: tecnologias criptográficas entre anonimização e pseudonimização de dados. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 998, Caderno especial, p. 99-128, 2018. Disponível em: <https://profmatheus.com/wp-content/uploads/2019/12/0.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do; SILVA, Edilene Maria da. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e repositórios institucionais: reflexões e adequações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.127314>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/w3xQNY4bnytwK6MxzgyKgsy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PAVÃO, Caterina Groposo; BONETTI, Letícia Guarany; SOUZA, Marcel Garcia de; GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; VANZ, Samile Andrea de Souza; SILVA, Tatyane Guedes Martins da; SEGUNDO, Washington Luís Ribeiro de Carvalho. **Guia de boas práticas para anonimização de dados de pesquisa**. Editora Ibict: Brasília, DF, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132246>. Disponível em: <https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/382>. Acesso em: 16 abr. 2026.

REANI, Valéria. Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados para os negócios e as pessoas. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-25/valeria-reani-impactos-lei-protECAo-dados-negocios/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANCHEZ, Fernanda Alves Sanchez; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; VECHIATO, Fernando Luiz. A contribuição da curadoria digital em repositórios digitais. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [s. l.], v. 1, n. especial, p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/12280/8508>. Acesso em: 7 abr. 2026.

SANTOS, Thayse Natália Cantanhede. Curadoria digital e preservação digital: cruzamentos conceituais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n.3, p. 450-464, set/dez. 2016. DOI: 10.20396/rdbci.v14i3.8646336. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646336/0?article\\_sBySimilarityPage=2](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646336/0?article_sBySimilarityPage=2). Acesso em: 13 abr. 2026.

WEITZEL, Simone da Rocha. Reflexões sobre repositórios digitais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, [Brasília, DF]. **Anais [...]**. [S. l.]: Intercom, 2006. p. 1-11. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0884-1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2026.

